

NAS MALHAS DA NAÇÃO: A NOVA POLÍTICA DO BRASIL NOS SERTÕES DO LITORAL

*Marco Antônio da Silva Mello¹
Arno Vogel²*

“Devemos construir a nacionalidade unida e absorvente, que ainda construímos, libertando-a dos óbices que a entorpecem, que a que a descivilizam.”

*Manifesto à Nação (03/04/1919)
Partido Republicano Nacional*

“Era pois, preciso libertar, sanear, instruir, educar e defender o nosso boníssimo caboclo praiano.”

*Cdte. Frederico Villar
A Missão do Cruzador “José Bonifácio”*

RESUMO – A partir da 1ª Grande Guerra, desenvolveu-se, no Brasil, uma política de nacionalização da pesca. Neste sentido, e sob a égide da ideologia higienista do saneamento, foram implementadas ações, visando incorporar as populações ribeirinhas à comunidade nacional. Este trabalho discute o papel desempenhado pela missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919), no processo de criação das Colônias de Pesca, e a função destas últimas, tal como a definiu e consolidou a Nova República (1930 - 1964), com vistas ao controle e à mobilização dos pescadores, no âmbito de sua política econômica e de defesa nacional.

¹ UFF/PPGACP/ICHF - Departamento de Antropologia/IFCS/UFRJ. Professor. Rua Almirante Alexandrino, 1876/201 (Santa Teresa). Cep: 20.241-261, Rio de Janeiro-RJ. Tel: 21 242.8437. Fax: (021) 221.1470. E-mail: marco.mello@domain.com.br

² UENF/LESCE - Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado. Professor. Rua Visconde de Itamaraty 94A, casa 09 (Maracanã). Cep: 20.550-140, Rio de Janeiro-RJ. Tels: 21 2348562. Fax: (024) 726.3775. E-mail: marv@domain.com.br, arnovoar@uenf.br

PALAVRAS-CHAVE: Viagens e viajantes, Políticas públicas, Pesca, Nacionalismo e defesa nacional, Higienismo e saneamento.

ABSTRACT – Starting soon after the World War I, there was a political movement prompting the nationalization of fishery in Brazil. In this sense, under the sponsorship of the hygienic sanitation ideology, many government policies were introduced in order to integrate the population living on the seashores into the national community. This essay discusses the key role of a military mission, deployed by the battle cruiser "José Bonifácio", in 1919, in the propagation of Fishing Colonies, as well as their importance, as they were defined, and later ratified by the New Republic (1930 - 1964), aiming at the mobilization and control of fishermen, within its economic and national security politics.

KEY WORDS: Travels and travellers, Public policies, Fishery, Nationalism and national security, Hygiene and sanitation.

OS SERTÕES:

NAÇÃO E REGIÃO NO BRASIL REPUBLICANO

Há cem anos, em 5 de outubro de 1897, feriu-se a derradeira batalha da “guerra do fim do mundo”: a tomada do arraial de Canudos, no interior da Bahia.

Com este episódio encerrava-se, não o único, nem o último dos pesadelos da jovem República, embora, talvez, o mais significativo dos muitos que ainda lhe estavam reservados.

O caráter emblemático que lhe caberia, no futuro, entretanto, não resultou, apenas, do impacto causado na opinião pública pela duração e brutalidade do conflito, ou pela violência das paixões político-partidárias, que teve o condão de suscitar. Foi, também, e talvez sobretudo, o fruto de um livro: *Os Sertões*, de autoria do engenheiro militar, jornalista e escritor, Euclides da Cunha.

Editado por Laemmert & Cia., em 1902, este livro despontou logo como um marco indiscutível da literatura e do pensamento social brasileiro, aos quais serviria, daí por diante, de paradigma.

Com seu uso exemplar do tríptico estrutural – *a terra, o homem e a luta*, associado a um manejo peculiar do léxico e da metáfora, estabeleceu um modo canônico de refletir sobre a formação social brasileira; uma estética do discurso sobre a sociedade.³

Além disso, no entanto, o livro impôs, a partir dele, como dispositivo de apreensão e conhecimento de nossa realidade social, um tipo de *viagem* que, até então, com raras exceções, tinha sido o apanágio de comerciantes e naturalistas estrangeiros – a viagem aos confins do país.

Neste sentido, *Os Sertões* tem uma dimensão épica, não somente porque se refere aos feitos heróicos, motivados pelo cerco, queda e destruição dessa Tróia sertaneja que foi Canudos, mas também porque resulta das peripécias de um correspondente de guerra, em busca da verdade dos fatos, no calor da hora.

Como tal, a viagem de Euclides da Cunha tem um caráter iniciático. Afasta-o, primeiro, das metrópoles europeizadas do litoral e de tudo que aí se dizia e pensava sobre Antônio Conselheiro e seus adeptos. Em seguida, leva-o, através de uma paisagem agreste e inóspita, ao teatro de operações. Aí, confronta-o com o drama sangrento da contenda entre o exército republicano, “sob a bandeira positivista de Auguste Comte, e uma massa de camponeses analfabetos” (Laplantine 1996:92), em busca de cujo sentido partira. Do confronto ressurgirá, ao final, transformado, convertido a um ponto de vista distinto, que se lhe tinha revelado, e que ele revelará ao país nas páginas d’*Os Sertões*.

³ Consultar, a propósito, o ensaio “Nos Sertões da Oculta *Mimeses*” (Costa Lima 1984:201-241).

Dessa nova perspectiva alguns pontos cruciais se consolidaram, incorporados ao pensamento que, doravante, procura dar conta do Brasil *real*, norteando as polêmicas e propostas em torno do futuro da nação.

Em primeiro lugar, se impôs a oposição dos *sertões* e dos *sertanejos* ao litoral citadino, ecoando a conhecida fórmula da *civilização* contra a *barbárie*, consagrada por Sarmiento no *Facundo*.

Em segundo lugar, constata-se o abandono dos primeiros pelo último, explicação da precariedade do controle exercido pelos governos do litoral sobre as populações sertanejas, de cuja mobilidade e motivações imprevistas podem resultar fenômenos sociológicos de conseqüências imprevisíveis para o Estado republicano.

OS DOUTORES-VIAJANTES E O BRASIL REAL

No mesmo ano em que se dá à luz a primeira edição de *Os Sertões*, o recém eleito Presidente Rodrigues Alves anuncia, em manifesto à Nação, o grande empreendimento de reforma urbana da Capital da República, no sentido de convertê-la no “mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo” (Del Brenna 1985:19).

Desencadea-se, então, aquela que viria a ser a mais espetacular, ampla, articulada, conseqüente e implacável política do regime republicano, durante a primeira metade do século – *o saneamento do Brasil*.

Sob o comando de engenheiros politécnicos, como o Prefeito Pereira Passos, Paulo de Frontin e Saturnino de Brito, e médicos higienistas, como Oswaldo Cruz, Belisário Penna e Carlos Chagas, a cruzada sanitária travou suas primeiras batalhas e contabilizou suas primeiras vitórias na *cidade*.

Com o tempo, entretanto, o saneamento foi obrigado, nos seus planos de campanha, a considerar as relações desta com o *campo*, entenda-se: com os *sertões*. E, mais uma vez, foi necessário recorrer às viagens.

Imbuídos do mandato e do “ardor apostólico” da revolução pasteuriana, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Belisário Penna e Arthur Neiva, a partir de 1910, percorreram o Brasil em longas expedições, das quais resultou “descripta e documentada a trágica epopéia da vida sertaneja” (Penna 1918:8).

O que revelaram à opinião pública foi o pronunciamento implacável do microscópio: a sífilis, a ancilostomíase, a malária e a doença de chagas, cujos efeitos, somados ao da indigência, da ignorância e do alcoolismo, assolavam o interior do país.

O registro empírico desse estado-de-coisas teve repercussões profundas. Alimentou o nacionalismo emergente caracterizado por uma postura progressista e crítica, cujos alvos prediletos foram o ufanismo, o bacharelismo e a República, bem como essa “literatura inebriante” e “mentirosa”, produzida pelos sofismas da retórica do caboclisto.⁴

Foi uma guerra travada pela *entente cordiale* dos médicos e engenheiros contra as “licenças bucólicas de poetas jamais saídos das cidades grandes”, que apenas serviam para encobrir a miséria, as

⁴ O combate ao bacharelismo, não se volta apenas contra as perversões do formalismo e da retórica com que o discurso “bacharelesco” costuma dourar os seus sofismas. Consiste ainda na denuncia do bacharel como polígrafo, invocando o exemplo dos “países cultos” que substituíram a “ignorância enciclopédica do rubim” pela “especialização dos seus homens nas províncias e sub-províncias dos conhecimentos humanos” fato ao qual devem sua prosperidade (Lobato 1948:vol. VIII-245; Penna 1918:29).

endemias, a indolência mórbida, o desânimo, a indiferença e o fatalismo.⁵

A melhor encarnação do diagnóstico formulado a partir da devassa dos doutores-viajantes encontrava-se na frase de Miguel Pereira, exaustivamente citada e repetida pelos militantes dessa cruzada patriótica: – “O Brasil é um vasto hospital”. Esta foi a premissa de iniciativas tais como a Liga Pró-Saneamento do Brasil, cujo surgimento está em relação direta com a campanha de imprensa que Belisário Penna desenvolveu, numa série de artigos publicados, no Rio de Janeiro, pelo *Correio da Manhã*, sob o título de “Saneamento dos Sertões”.⁶

Eram, inequivocamente, *textos de combate*, com o objetivo de contribuir para a “regeneração” da gente, a “reabilitação” da terra e a “moralização” da política brasileira (Penna 1918:IV); ou, numa alusão a outro defensor ilustre da mesma causa – Afrânio Peixoto – para a salvação da “minha terra e minha gente”.⁷

Com isso pretendia dar-se uma resposta cabal às velhas teorias sobre a inviabilidade do Brasil pelas fatalidades inscritas, seja no cruzamento das raças, seja no clima tropical, tal como haviam sido

⁵ Lobato (1948). A esses poetas a República devia o tratamento preconizado por Platão – coroa-los de rosas para em seguida os expulsar, como parece sugerir o próprio Monteiro Lobato em *Problema Vital* (Lobato 1948:v.VIII-224, 234).

⁶ Novembro de 1916 a janeiro de 1917.

⁷ Penna (1918:27). A evocação de Afrânio Peixoto justifica-se ainda por outro motivo. O curso que ditou, em 1917, e que viria a ser publicado em 1938, na Coleção Brasileira, vol. 129, sob o título *Clima e Saúde - Introdução biogeográfica à civilização brasileira*, é um marco notável entre os defensores dos “atavismos raciais” como explicação da inviabilidade do Brasil e os higienistas, confiantes não só na “possibilidade”, como também na “necessidade” da civilização nos trópicos. Para exemplificar esta necessidade, mostra que a saúde, no campo, depende de “botas, latrinas e timol” (Peixoto 1975:40).

concebidas por Buckle, Le Bon e Gobineau, entre outros, na segunda metade do século XIX.⁸

Contra “as noções de que nessas latitudes o clima constitui ameaça constante à saúde e à vida”, já argumentava Afrânio Peixoto, em 1907, com sua monografia *Clima e doenças do Brasil*.⁹ Este atribui o erro consagrado nessa lenda a “espíritos fáceis da Europa”, que nô-los enviou sob a espécie de “viajantes fantasistas” ou “sábios apressados”. Em sua crítica revela plena consciência de que da lenda advieram ao país, não apenas arranhões em sua imagem, como também “consideráveis perdas econômicas” (Peixoto 1975:74).

Dez anos depois, no curso com o qual tomou posse na cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – “Clima e Salubridade do Brasil: Introdução biogeográfica à civilização brasileira”, não é só o clima que se isenta de responsabilidade na situação do país: – “A verdade dura e sabida é esta: não é nem terra, nem clima, nem raça; é apenas educação, cultura sanitária... Tudo mais é prevenção, ou outra coisa” (Peixoto 1975:68).

O aspecto confortador desse deslocamento reflete-se também na postura de Monteiro Lobato. Suas palavras a respeito são inequívocas, quando o reconhece como uma “idéia-força”. Vale a pena ter diante dos olhos sua caracterização desse passo:

“Avassaladora e consoladora, porque o nosso dilema é este: ou doença, ou incapacidade racial.

“É preferível optarmos pela doença”.

“Dest’ arte coincidirá a lição científica, que afirma ser doença,

⁸ Sílvio Romero (1888) e, mais recentemente, por exemplo, Matta (1981) e Schwarcz (1993).

⁹ Ver, a propósito, “Clima e salubridade: as chamadas doenças tropicais” in Peixoto (1975: 74-82).

com os anhelos do nosso amor próprio, que prefere a confissão de doença à confissão desalentadora de incapacidade.

“Respiramos hoje com mais desafogo. O laboratório dá-nos o argumento por que ansiávamos. Firmados nele contraporemos à condenação sociológica de Le Bon a voz mais alta da Biologia” (Lobato 1948, v.III: 297-298).

Ao escolher-se, no entanto, a doença e a ignorância (analfabetismo), em lugar do clima e da raça, torna-se possível, necessário e auspicioso, abandonar a atitude fatalista.¹⁰ O clima e a raça são dados inexoráveis. Não assim a doença e a ignorância. Sobre estas é possível agir. Eis a natureza do deslocamento que faz da Higiene uma ciência social e política. Não só na medida em que destrava as iniciativas e propõe estratégias para uma “reconstrução nacional”, mas porque, graças a ela, podemos combater uma tipificação altamente desfavorável, pelos seus efeitos sobre a economia, o prestígio internacional (imagem externa) e o moral (auto-imagem) da nação brasileira, que se deseja “reconstruir”.

A imagem do combate adotada pelo higienismo, converte médicos e engenheiros, com seus respectivos papéis, num exército dedicado a intervenções de grande porte, como foram as “Campanhas” que caracterizaram a ação do Saneamento.

A idéia de *campanha* inscrevia-se, necessariamente, na constelação de metáforas que serviu para articular o projeto de saneamento. Este, com efeito, é concebido como uma *guerra*, travada em várias frentes. Guerra patriótica, ademais, como está assentado desde Belisário Penna, para quem – “A terra, a sociedade e a política

¹⁰ “Não sou fatalista nem muçulmânico”, afirmava Belisário Penna na “Explicação necessária” que precede a edição de *Saneamento do Brasil* (1918).

formam a pátria” (Penna 1918:37). Mas não há pátria sem soberania. E não há soberania sem uma nação próspera. Nem pode haver nação próspera fora dos quadros de uma sociedade organizada, pois:

“Quando num país a sociedade se desorganiza, a produção de valores fica abaixo do seu consumo e da satisfação dos seus compromissos, e os seus dirigentes se desorientam ou se pervertem, tornando-se incapazes de reorganizá-la, o seu agrupamento perde a nacionalidade, perde a soberania” (Penna 1918:37).

Contra a anarquia, a miséria, a falência (com o seu corolário que é a subalternidade), o desgoverno e a degradação moral, é preciso “salvar a pátria”. Sanear e educar assume, desse modo, o aspecto de uma *cruzada*, em que a tarefa de convencimento – o *apostolado* – surge em estreita associação com o procedimento coercitivo¹¹, o todo justificado pela santidade do combate à pobreza, à ameaça de fragmentação e à virtualidade da tutela estrangeira.

Dessa perspectiva o saneamento constitui o primeiro, senão o único grande problema do país:

“Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil.

“Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil.

“Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil.

“Fomento da produção só há um: sanear o Brasil.

“Campanha Cívica só há uma: sanear o Brasil.

“Serviço Militar obrigatório só há um: sanear o Brasil.

“E saneá-lo antes que o estrangeiro venha fazê-lo por conta e proveito próprios.” (Lobato 1948:v.III-244).

¹¹ Para essa população não bastavam a propaganda e os conselhos. Era preciso “domá-la e fazê-la compreender as vantagens individuais e coletivas da higiene” (Penna 1918:105-G/N).

O “CRUZADOR MISSIONÁRIO”.

A ênfase nacionalista das palavras de Belisário Penna e Monteiro Lobato traduz fielmente as preocupações e sentimentos que deram ao período o seu matiz predominante.

A primeira guerra mundial, desfecho anunciado (e desejado) da maré montante dos nacionalismos, refletiu-se também na ambiência político-ideológica brasileira, como provam a criação, em 1916, da Liga de Defesa Nacional e a pregação cívica desenvolvida por Olavo Bilac, desde o ano anterior, cujos discursos coligidos a Liga publicaria sob o título *A Defesa Nacional* (Bilac 1965).

Ao publicar em 1918 a coletânea de seus artigos no *Correio da Manhã*, sobre o problema do saneamento, Belisário Penna os faz preceder de uma “explicação necessária”, na qual declara ser este o seu quinhão em favor da causa da defesa nacional. Declara, além disso, que o objetivo ao qual se destina a obra é a fundação, no Rio de Janeiro, da Liga Pró-Saneamento do Brasil.

Entre os vários efeitos suscitados pela discussão em torno da defesa nacional, por um lado, e do saneamento do Brasil, por outro, há um que merece ser destacado: o caráter estratégico da faixa litorânea do país.

Se até aí os sertões haviam sido identificados com o interior e as cidades com o litoral, a nova conjuntura pôs em foco a existência do *sertão* não apenas terra adentro, mas também pelo *litoral* afora, nas extensas faixas costeiras, ao longo das quais se encontram, esparsos, inúmeros assentamentos de pescadores.

Tão estratégica nos séculos da conquista, essa região, seus habitantes e as atividades à qual se dedicavam, tinham sofrido, durante o período de existência nacional autônoma, um relativo eclipse.

Sob o influxo do paroxísmo nacionalista da Primeira Guerra e do Higienismo, também ele preocupado com as questões relativas à soberania nacional, a faixa litorânea não urbanizada e seus ocupantes, os pescadores, recuperam, subitamente, sua esquecida importância.

Três fatos foram, neste sentido, significativos: a fundação, em 1918, da Liga Pró-Saneamento do Litoral; a criação da Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral, em 1919, e, no mesmo ano, a Missão do Cruzador “José Bonifácio”.

O Cruzador Auxiliar “José Bonifácio”¹², capitaneado por Frederico Villar, incumbiu-se, entre 1919 e 1923, de empreender, junto às populações ribeirinhas, ao longo da costa e nas águas interiores, uma autêntica campanha de saneamento, parte do grande processo de nacionalização da pesca e da organização dos seus serviços, durante a presidência de Epiácio Pessoa.

Patriótico-higienista é toda a retórica que envolve essa Missão, conferindo-lhe um inequívoco aspecto de apostolado. O “José Bonifácio” é o “Cruzador do Bem”. Os males que deve combater são o abandono, a dispersão, o analfabetismo e as endemias da “nossa gente praiana”. O bem maior que essa “cruzada” almeja é a recuperação do “caboclo praiano” para a nacionalidade, convertendo-o, não apenas em cidadão útil, mas incorporando-o à missão mais ampla da “defesa nacional”.

A retórica missionária trata, em primeiro lugar, da legitimação do missionário. Não é por acaso, pois, que o discurso do higienismo se dedica de forma tão reiterada à exaltação do sanitarista. Nada mais significativo, porém, do que a comparação para a qual esse discurso

¹² Costa Rêgo, redator-chefe do Correio da Manhã, e ex-senador da República, explica que o nome “José Bonifácio”, mais do que uma homenagem ao Patriarca da Independência, o é ao “homem de Estado que no Brasil foi dos primeiros, se não foi o primeiro, a ocupar-se da Pesca” (Villar 1945:209).

apela, quando contrapõe o valor que tem para a Nação, respectivamente, o “bom atirador” e o “médico higienista”:

“O ‘bom atirador’ elimina quem nos ataca, mas o Higienista multiplica os que nos defendem! O ‘atirador’ só é útil na guerra, ao passo que o Higienista é, não só um reforçador da nossa capacidade militar, mas também o construtor da nossa energia econômica, industrial, comercial e moral – cavernas-mestras da nossa capacidade civilizadora (...)”¹³.

A cruzada do saneamento, no entanto, foi uma guerra em duas frentes. Travou-se nas cidades, onde a desencadeou o grupo de Mangueiros, sob a liderança de Oswaldo Cruz. Daí ganhou os sertões. Os sertões, entretanto, não eram apenas os ermos de nosso interior agrícola e pastoril. Havia sertões também no litoral, na vizinhança imediata dos centros urbanos a partir dos quais se articulou, historicamente, a colonização.

O *saneamento dos sertões do litoral* tem, portanto, o sabor de uma retomada do processo de conquista. Não é outra a inspiração do seu imaginário. A analogia com a *Conquista*, entendida como redenção das populações interioranas, por sua vez, desemboca num campo de metáforas, onde, logo se transforma o higienista no missionário, a aglomeração muxungana na aldeia indígena e o contato do “José Bonifácio” com os caboclos ribeirinhos, num avatar da Primeira Missa:

“Foi um dia glorioso aquele! O sol brilhava, boiando num céu azul puríssimo. Em baixo, por entre a natureza bárbara do trópico, o rio corria docemente, rasgando o peito da Terra, cantando nas amarras, levemente encrespado pela brisa fresca que soprava

¹³ Villar (1945:135). *Caverna* aparece aí no sentido da terminologia náutica referindo-se às peças de madeira ou ferro que constituem o arcabouço da embarcação.

do Leste, facilitando a chegada das embarcações – que em grupos, em flotilhas, cada vez em maior número, graciosas, vinham, de mais em mais longe, em busca do Cruzador Missionário.

“O sino de bordo batera duas pancadas dobradas. Aproximava-se a hora do por do Sol. Eram seis horas da tarde. Ia realizar-se, com a costumeira solenidade, a cerimônia do arriar da Bandeira...

“Pouco antes, o oficial de serviço, Tenente Gumercindo Loreti, em poucas incisivas palavras, muito felizes, com a pura e elevada eloquência que caracterizava os seus discursos, dissera aos pescadores o que ia passar, preparando-lhes o espírito para a compreensão do cerimonial...

“A banda marcial acudira em acelerado, com seus tambores e cornetas brilhando, atendendo rapidamente à chamada do corneteiro de serviço, que tocara ‘sinal para a Bandeira’, formando no convés, à ré, com a afrente voltada para a popa do navio, em cujo mastro panejava garboso, ‘ao quente arfar da viração marinha, o símbolo-augusto’ da Pátria. É sempre empolgante essa cerimônia a bordo dos navios de guerra. Tudo concorria para ainda maior beleza naquela tarde maravilhosa a bordo do elegante cruzador.

“A um sinal – à hora exata do mergulho do Sol no horizonte – rufam os tambores, clangoram as cornetas, e a ‘marcha batida’, cadenciada, vibrante e imponente, saúda e glorifica o pavilhão que, lentamente, desce... A guarda apresenta armas. Toda a guarnição, formada na tolda, em parada, com o seu Comandante à frente, faz a continência militar. Cerimônia magnífica!

“Nos olhos daquela boa gente praiana – homens, mulheres e crianças que literalmente enchem o convés do nosso navio – havia um brilho de especial fulgor...

A imagem do índio ancora-se de imediato na percepção do modo de vida dos pescadores como uma atividade marcada e delimitada pelo aspecto rudimentar do seu acervo tecnológico. Deste se admitia mesmo terem-no os praianos e ribeirinhos recebido dos próprios índios, reproduzindo-o sem notáveis modificações (leia-se: sem aperfeiçoamento), ao longo dos séculos.

Tal representação, no entanto, não era destituída de simpatia, como esta não estava ausente das descrições que nos legou o século da descoberta, através de seus cronistas. As ressonâncias são mesmo extraordinárias e podem ser ilustradas, ainda uma vez, com *A Missão do Cruzador “José Bonifácio”*. O que se descreve, a seguir, é a segunda visita dos pescadores dos arredores de Belém, desta vez acompanhados de suas famílias:

“Como crianças grandes, vivazes e duma ingênua e impressionante simplicidade – como os nossos índios – tudo invadiam e tudo admiravam. Subiam pelos mastros acima, como velhos marinheiros; desciam até as caldeiras; andavam pelas cobertas, pela praça d’armas, pelos camarotes dos oficiais, pelo salão e câmara do Comandante, num alegre grasnar de aves marinhas, gostando de tudo quanto viam naquele lindo navio de guerra, parecendo admirar, especialmente, o reluzente brilho dos metais, os movimentos dos canhões, tudo enfim quanto lhes era mostrado pelos marinheiros. Curiosos e inteligentes, queriam detalhes, pediam para disparar os canhões, achavam tudo ‘grandioso’. A bússola do tijupá, ‘apontando sempre na mesma direção’, intrigava-os... Demos-lhes inteira liberdade. Tratamos-los fraternalmente, como mereciam, com bondade e com paciência, como era do nosso dever” (Villar 1945:39).

Simpatia e, portanto, condescendência, inspirada por “uma gente simples, boa, inteligente, interessante e valente no mar” (Villar 1945:38), porém submetida à escravidão pelos “donos das terras e águas, os senhores absolutos e sem peias”, que eram “o mandão político e o alienígena audacioso, que os exploram” (Villar 1945:48). Gente escravizada, também, por outros tipos de opressão, como aquelas do meio, da doença e da ignorância. E, pois, sob esse quádruplo jugo, perdidos, inutilizados para a causa maior e mais nobre – a defesa nacional.

É esse ponto de vista que dá sentido ao programa traçado pelo Almirante Gomes Pereira e mantido pelos civis que lhe sucederam na pasta da Marinha, de 1919 a 1923. Ponto de vista compartilhado pelo nacionalismo econômico de Nicolau José Debané, também ele simpático aos pescadores – “a classe social a quem mais amou o Cristo”¹⁴. Com ele, o caráter missionário do empreendimento extravasa a esfera do poder governamental leigo, reinscrevendo-se, de forma explícita, no quadro fundador da evangelização, quando recomenda “favorecer nos centros de pescadores a instituição de obras religiosas do mar, que a Igreja organizará por meio de missões permanentes dirigidas pelos padres que se especializam em semelhantes cuidados, como os Salesianos ou os Redentoristas etc., do mesmo modo que organizou as missões de catequese dos índios” (Debané 1924:161-162).

O foco da missão do “Cruzador do Bem”, entretanto, foi, antes de tudo e sobretudo, a bandeira da República, pois era preciso *converter* essas populações à comunhão nacional, destinando-lhes, no seio dela, um papel definido e relevante. Com esse objetivo o que se visava era “reuni-los em colônias cooperativas; criar escolas; educá-los; fundar postos de saneamento; dar-lhes terras; dar-lhes, instrução profissional, amparo e liberdade” (Villar 1945:24).

Tais requisitos, por sua vez, fariam de cada colônia de pesca, no litoral, ilhas, rios e lagoas, uma base capaz de servir, ao mesmo tempo, à “ação social, administrativa e militar do Governo da República” (Villar 1945:24).

Convém recapitular, numa síntese comparativa, essas duas formas do povoamento - a aglomeração praieira e a colônia de pesca. Da aglomeração praieira registra-se a morfologia ao mesmo tempo

¹⁴ Debané, na dedicatória do livro *A Pesca e os Pescadores no Brasil* (Debané 1924).

em que se lhe postula um tropismo determinado por uma fonte de subsistência: o peixe¹⁵. Seus habitantes, supõe-se, estão, cada um e todos juntos, voltados para essa fonte, porém fracamente voltados uns para os outros, sem espírito gregário, como queria o discurso da época.

A Colônia de Pesca é outra coisa. A começar pelo seu modo de existência no espaço. Neste sentido caracteriza-se como um *comptoir* onde se fazem registros de homens, aparelhos, embarcações e ocorrências, além de se manter uma contabilidade das safras e das cotas que delas cabem a cada associado. Recolhem-se aí determinadas taxas. A partir daí, controlam-se os períodos de defeso, a adequação dos equipamentos e, de um modo geral, o respeito às regras que submetem toda pescaria, no mar e nas águas interiores. A Colônia deve coordenar toda a atividade da pesca na área de sua jurisdição, tarefa da qual faz parte a organização dos produtores por meio de processos cooperativos. Deve ocupar-se ao mesmo tempo “do regime das águas na costa, rios e lagoas do país”¹⁶.

Antes que um assentamento, a Colônia de Pesca é um reduto de poder, uma feitoria. Um ponto a partir do qual se impõe aos recortes do ecúmeno litorâneo e ribeirinho uma ordem, o enquadramento num sistema de circulação da nacionalidade, do qual são os vasos capilares.

¹⁵ “Ao contrário do que poderíamos supor, a gente praieira, em nosso país, não vive esparsa pela costa; concentra-se em povoações de maior ou menor importância, localizadas nas zonas de mais acentuada riqueza ictiológica, nas dobras em que o litoral se recurva e permite melhor abrigo para os barcos” (Villar 1945:45).

¹⁶ Villar (1954:99-100). Esse Código corresponde a uma modificação das disposições atinentes à pesca tal como se encontravam no Código de Caça e Pesca de 1934 e, antes dele, da regulamentação de 1912.

É o dispositivo de controle social que a República, a partir de 1923, impõe aos sertões litorâneos com vistas à sua governabilidade, e, graças a ela, à sua utilidade para a riqueza e a defesa nacional. Através dela se dá curso à proposta que Oliveira Vianna formulava, em 1922, nos seus *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, discutindo, a propósito do problema do Contestado, a questão da “Organização da Legalidade nos Sertões” (Oliveira Vianna 1922:139-172). A Colônia de Pesca não é, pois, senão o recurso institucional que estende a legalidade àqueles que no Brasil viviam como pescadores.

Oliveira Vianna opunha o *litoral ao sertão*, como se opunha, no seu entender, a *cidade ao campo*. A cidade que tinha em mente, no entanto, corresponde ao ideal urbano do Higienismo. Era uma cidade saneada. E se opunha, neste sentido, como civilização, à barbárie do interior. Nada impedia que esse interior estivesse, geograficamente, no litoral. O *interior*, enquanto categoria, representava os espaços do ecúmeno aos quais a ordem jurídica não havia ainda chegado, ou dos quais se retirara, com a queda da Monarquia.

AS COLÔNIAS DE PESCA E A NOVA POLÍTICA DO BRASIL, NOS SERTÕES DO LITORAL

Caberá ao Estado, a partir da Revolução de 30, coordenar, no quadro de um grande programa de reformas, sob a égide do Higienismo, uma ambiciosa experiência de reconstrução nacional, cuja implementação define o primeiro momento da chamada “era de Vargas”.

Com ela a República adota, no Brasil, um mandato imperial, consubstanciado, seja no processo centralizador, que consistiu em dissolver a federação, seja no seu corolário que foi a expansão integradora do poder estatal, da cidadania, da produção e da

nacionalidade. A tarefa de reconstrução consiste, no entanto, na luta sem tréguas contra os limites impostos ao desenvolvimento nacional pela perversão particularista da República Velha, cujos resultados foram o insulamento, a dispersão, a degenerescência e a estagnação do “povo brasileiro”.

Em junho de 1934, em manifesto à nação, sob o título de “O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório”, Getúlio Vargas se expressa sobre o tema de modo contundente:

“Instituída a Federação, o regime republicano foi, a pouco e pouco, desvirtuado e se afastou dos seus fins (...). Cada setor da comunhão nacional entrou a insular-se econômica, social e administrativamente dos demais. Contribuímos, além disso, para a crise do sertão, a mercê da incultura, da miséria e das endemias pertinazes. Cindimos o homem brasileiro em sertanejos obscuros e litorâneos felizes.

“Esse, sem dúvida, era o panorama do Brasil em 1930. A Revolução, todavia, operou o milagre de que muitos desesperavam” (Vargas 1938: v. III-199).

A ação do governo tinha consistido pois, e consistiria ainda por muitos anos, num grande esforço para integrar à nação essas vítimas da passada incúria governamental. A base desse esforço, no entanto, foi a convicção de que era possível resgatar as populações sertanejas do seu lastimável estado. Este último, com efeito, deixara de ser compreendido através da ótica pessimista dos “atavismo raciais” para equacionar-se como problema social (Campos 1986:43-44).

Desse ponto de vista podia-se vislumbrar no “homem rude do sertão” – “quebrado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa” – a sua futura utilidade social de “modelar cidadão”:

“Dai a esse espectro farta alimentação e trabalho compensador; criai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo”¹⁷.

Neste sentido, é ao poder público que reverterá a tarefa de arrancar as populações sertanejas – *caipiras, tabaréus, matutos, muxungos, mocorongos, caiçaras e praianos*, ou que nomes se lhes dê – da sua letargia, no âmbito de um processo de regeneração cuja receita se encontrava já na plataforma da Aliança Liberal, lida na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930:

“É preciso grupá-los instituindo colônias agrícolas, investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, em suma, o interesse, inculcando-lhe hábitos de atividade e economia. Tal é a valorização básica, essa sim que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção” (Vargas 1938:vol.I-28).

Tudo em prol da “valorização do capital humano”, pois outra coisa não restava a países como o nosso, aos quais faltava o capital econômico e financeiro. Desmistificados a riqueza de nossas matas e o ouro das nossas minas, só do trabalho poderíamos esperar a prosperidade. Daí a preocupação com a eugenia e com o civismo. Melhorar a raça, regenerar física e moralmente o homem do campo – esta era a palavra de ordem do Estado Higienista, como ressaltava o Presidente da República:

¹⁷ Ver “Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933” (Vargas 1938:v. III -124).

“... dar ao sertanejo, quase abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo enfim com a alegria de viver proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos” (Vargas 1938:v.II-119).

A palavra de ordem era, pois, congregar esses grupos dispersos através dos diversos dispositivos do processo de extensão da cidadania, cuja finalidade era a integração do *caipira*, sob todos os seus avatares, inclusive o do *muxuango*, à sociedade nacional.

No litoral, e com relação aos assentamentos praiheiros, essa cruzada em favor do espírito gregário, materializou-se, como vimos, com a criação das chamadas Colônias de Pesca.

Não é ocioso especular se tal dispositivo não constituiria uma forma modernizada das *reduções*, praticadas até meados do século XVIII pelas ordens religiosas, e, daí por diante, em versão leiga, pela administração do Marquês de Pombal.

Antes de declarar tal aproximação temerária, convém levar em conta a insistência com que viajantes do século XIX se comprazem na comparação do modo de vida do pescador com o do índio. Mas o que eram as *reduções* senão um dispositivo para incorporar/reduzir à sociedade política, à ordem moral e ao trabalho, populações remanescentes do estado de natureza?

A Colônia de Pesca é, pois, um artifício para fazer coincidir os limites da nação e do Estado, com os limites da sociedade. Com ela pretendia-se, ao mesmo tempo, estender a legalidade (ampliando e protegendo a cidadania), e estimular a produtividade econômica, prejudicada pelas forças da dispersão e do particularismo.

Se não foi uma invenção da República Nova, o dispositivo das Colônias, legado do movimento de nacionalização da pesca durante o

Governo Epitácio Pessoa, sofreu grande desenvolvimento a partir dos anos 30, como pode testemunhar o *Manual do Patrão de Pesca*, publicado em 1942 pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, sob a invocação de Dona Darcy Vargas, na qual os pescadores deviam reconhecer mais uma estrela guia do seu firmamento¹⁸.

Também aí vamos encontrar a preeminência da preocupação higienista. Num trabalho intitulado “Síntese do Problema do Saneamento das Colônias”, o chefe dos Serviços de Assistência Médica da Confederação,¹⁹ resume o argumento em favor da proteção social aos pescadores:

“A proteção social ao pescador envolve como medida precípua o carinho pela sua saúde, condição indispensável para qualquer êxito na vida profissional.

“Visando, portanto, a prosperidade pessoal e coletiva do pescador, tais providências de ordem médico-social assegurarão e estimularão o índice econômico do seu trabalho e da evolução do meio em que habita”²⁰.

O Código da Pesca, aprovado em 1938, no seu capítulo segundo, caracteriza-a como associação de classe dos pescadores²¹. Estabelece que a associação destes é compulsória²², e em capítulo especial determina seus deveres: observação do Código e da legislação pertinente;

¹⁸ Ver a propósito, Villar (1942) - Dedicatória. “Os pescadores descobriram agora mais uma estrela no firmamento: chama-se “Darcy!”.

¹⁹ Capitão de Mar e Guerra, Dr. Ildefonso de Moura in Villar (1942:567-569).

²⁰ As “providências técnicas” para alcançar esse objetivo são: a) Saneamento do “habitat” b) Tratamento dos males que acometem as populações praiieras; c) Educação sanitária e profilaxia das moléstias e dos vícios sociais”; d) Prática dos meios recreativos, como auxiliares da saúde física e mental (Villar 1942:567).

²¹ Decreto-Lei Nº794, de 19 de outubro de 1938 (D.O.U. 21-10-38) *apud* Villar (1942:637-661).

²² *Idem*, Cap. II, art.8º.

informação das infrações às autoridades; informação de quantidade, qualidade e proveniência do pescado; defesa e conservação de flora aquática e cumprimento do estatuto das colônias de pesca²³.

A utopia do Estado Higienista é *produzir* a nação; seu projeto é, pois, destruir os particularismos (“espírito de província”), criando uma “união de corações e gestos” em virtude da qual a sociedade possa operar como um todo orgânico, funcionalmente integrado e governável. Trata-se de tornar coextensivas a sociedade e a comunidade. O primeiro corolário desse valor axiomático é a centralização. A perspectiva higienista leva o Estado a reconsiderar seu campo de poder.

Não parece irrelevante nesse contexto, mencionar o significado que se atribui à Missão do Cruzador “José Bonifácio”, quando se lhe reconhece um caráter emancipador – “para a libertação dos pescadores escravizados a patrões estrangeiros e espoliadores”, com o objetivo de transformá-los, de acordo com a perspectiva do civismo urbano, em “homens são de espírito e de corpo, conscientes de seus direitos, instruídos de seus deveres e capazes de defendê-los e de cumpri-los com eficiência e bravura”²⁴. Como queria Léon Bourgeois – “*de[s] gens bien-portants, bien-pensants et bien-voulants*” (Bourgeois 1914, v.1:61; Rosanvallon 1990:131), ou seja, gente saudável, bem pensante e de boa vontade.

²³ *Idem*, Cap. III, art.14.

²⁴ Os termos são do prefácio que o Coronel Luiz Lobo escreve para o livro de Frederico Villar (1945), sob o título “Palavras de Fé”.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) os recursos para o desenvolvimento do Projeto Integrado *Estruturas Tradicionais, Expansão Metropolitana e Meio Ambiente na Baixada-Litorânea do Estado do Rio de Janeiro* (CNPq nº 524297/96-7), do qual o presente trabalho constitui um produto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILAC, O. 1965. *A Defesa Nacional*.
- BOURGEOIS, L. 1914. *La Politique de la Prévoyance Sociale*. 2.v. Paris, Bibliothèque Charpentier, Eugène Fasquelle. v.1. La Doctrine et la Méthode; v.2. L'Action.
- CAMPOS, A.L.V. 1986. *A República do Picapau Amarelo. Uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo, Martins Fontes, 173 p.
- COSTA LIMA, L.F. 1984. *O Controle do Imaginário Razão e Imaginário no Ocidente*. São Paulo, Brasiliense, 267 p.
- DEBANÉ, N.J. 1924. *A pesca e os pescadores no Brasil. no ponto de vista econômico e social*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Imprensa Nacional, 198 p.
- DEL BRENNIA, 1995. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Index, 624 p.
- GRASSET, B. 1928. *Remarques sur l'Action. Suivis de quelques réflexions sur le besoin de créer et les divers créations de l'esprit*. Paris, Gallimard, 76 p.
- LAPLANTINE, F. 1996. *La Description Ethnographique*. Paris, Éditions Nathan, 128p.
- LOBATO, M. 1948. *Obras Completas*. São Paulo, Brasiliense.
- MATTA, R.A. da. 1981. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, Vozes, 246p.



- OLIVEIRA VIANNA, F.J. 1922. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. São Paulo, Revista do Brasil/Monteiro Lobato & Cia., 206p.
- PEIXOTO, A. 1975 [1938]. *Clima e Saúde. Introdução biogeográfica à civilização brasileira*. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 144 p. (Col. Brasileira. v. 129).
- PENNA, B. 1918. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunais, 173 p.
- ROMERO, S. 1888. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Garnier, 2t.
- ROSANVALLON, P. 1990. *L'État en France. De 1789 à nos jours*. Paris, Seuil, 378p.
- SCHWARCZ, L.M. 1993. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Cia das Letras. 287 p.
- VARGAS, Getúlio. 1938. *A Nova Política do Brasil I*. Rio de Janeiro: José Olympio. 254 p.
- VARGAS, G. 1938a. *A Nova Política do Brasil II*. Rio de Janeiro, José Olympio, 200p.
- VARGAS, G. 1938b. *A Nova Política do Brasil III*. Rio de Janeiro, José Olympio, 306p.
- VILLAR, F. 1942. *Manual do Patrão de Pesca*. Rio de Janeiro, Confederação Geral dos Pescadores do Brasil/Imprensa Nacional, 687p.
- VILLAR, F. 1945. *A Missão do Cruzador "José Bonifácio". Os Pescadores na Defesa Nacional - A Nacionalização da Pesca e a Organização dos seus Serviços (1919) - Subsídios para a História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert, 235 p. (Biblioteca Militar, v.85).

Recebido em: 03.03.00

Aprovado em: 10.10.00